

O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL COMO MEIO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS NA COMUNIDADE SUPRANACIONAL

Silvana Bittencourt¹

Resumo

Na modernidade pós-Revolução Francesa, o Direito Constitucional preocupou-se em positivizar os direitos humanos. Contudo, verificou-se que, além de elencá-los, era fundamental que os Estados protegessem e respeitassem esses direitos a nível nacional, mediante instrumentos de garantia. Após a Segunda Grande Guerra e com a criação da ONU, surgiu a necessidade de defender os Direitos Humanos em nível supranacional. Na era da globalização tornou-se essencial a construção de uma comunidade global com o intuito de defender os cidadãos do mundo. Neste contexto o Tribunal Penal Internacional é um marco para a organização da comunidade internacional.

Palavras Chave: Direitos Humanos; Direito Internacional; Tribunal Penal Internacional.

THE INTERNATIONAL CRIMINAL COURT AS A MEANS OF PROTECT THE HUMAN RIGHTS IN THE SUPRANATIONAL COMMUNITY

Abstract

In the modernity post-French Revolution, the Constitutional Law concern was to declare the human rights by instruments of guarantee. However, it was realized that as well as declare them the States should protect and respect those rights at a national level. After the Second Great War and with the creation of the ONU there was a need to uphold human rights at supranational level. The era of globalization brings the need of building a global community in order to defend the citizens of the world. In this context the International Criminal Court is a landmark step for the organization of an international community.

Key Words: Human Rights; International Law; International Criminal Court.

¹ Aluna do curso de Direito da Faculdade OPET. sil_bittencourt@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A proteção e o respeito aos direitos humanos deve ser universal, abrangendo “todas as pessoas” do mundo. Na busca deste objetivo, os Estados, em cooperação com o Direito Internacional, devem se unir para criar mecanismos com o intuito de combater as violações e abusos a estes direitos universalmente consagrados.

Neste contexto, a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI) é considerada um marco na história de proteção aos direitos do homem. Isto porque, até então, não era previsto um órgão com competência para processar e julgar os casos de violação de direitos internacionalmente assegurados, até mesmo contra os próprios Estados que os tenham violado.

O presente trabalho destina-se a tecer algumas considerações sobre a defesa dos direitos humanos, especificamente o TPI, tendo em vista sua competência para responsabilizar penalmente o indivíduo. Por tal razão, os temas encontram-se dispostos em três partes. Na primeira, traçam-se breves considerações sobre a positivação dos direitos fundamentais nas Constituições internas, bem como no Direito Internacional. A segunda parte trata da questão da soberania dos Estados em relação às regras cogentes de Direito Internacional Público. E por fim, na terceira e última parte, discorrer-se-á sobre o Tribunal Penal Internacional, como meio de garantia aos direitos humanos abrangendo todos os homens do mundo.

2 OS DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO INTERNO E A NÍVEL SUPRANACIONAL

2.1 O MOVIMENTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A positivação dos direitos humanos iniciou-se com o pensamento dos jusnaturalistas², culminando com as declarações de direitos de 1776³ e 1789⁴.

² Para Norberto Bobbio, “os direitos humanos nascem como direitos naturais universais, desenvolvem-se como direitos positivos particulares (quando cada Constituição incorpora Declarações de Direitos) para finalmente encontrar a plena realização como direitos positivos universais”. In: **A era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 30.

³ Segundo José Afonso da Silva, “a primeira declaração de direitos fundamentais, em sentido moderno, foi a *Declaração do Bom Povo de Virgínia*, que era uma das treze colônias inglesas na América”. In: **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32ª ed., São Paulo: Malheiros, 2008, p. 153.

consideradas o marco da transição dos direitos de liberdades legais para os direitos fundamentais constitucionais⁵ Mas foi somente com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada em 1948, que os Estados começaram a reconhecer e positivizar os direitos humanos.

Destarte, infere-se que a grande preocupação do período moderno foi a de elencar os direitos fundamentais, com o intuito de que cada Constituição positivasse a Declaração de Direitos em seus Estados.⁶

Conforme Flavia Piovesan⁷,

o movimento de internacionalização dos direitos humanos constitui um movimento extremamente recente na história, surgindo, a partir do pós-guerra, como resposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante o nazismo. Se a 2ª Guerra significou a ruptura com os direitos humanos, o pós-guerra deveria significar a sua reconstrução.

Contudo verificou-se que não bastava apenas positivizar os direitos fundamentais nos textos constitucionais, mesmo porque tais direitos estão em constante mutação, de acordo com a evolução da humanidade. Mais do que elencá-los sentiu-se a necessidade de protegê-los. Tornou-se imperioso que as Constituições efetivamente garantissem os direitos fundamentais.

Mas como exigir que os Estados cumpram as Constituições que idealizaram? Como fazer com que os direitos humanos sejam efetivamente garantidos?

2.2 OS DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO SUPRANACIONAL

Constatou-se que, somente estendendo a tutela dos direitos humanos a um âmbito internacional, se obteria a efetiva proteção desses direitos. Somente com a percepção de que os direitos humanos são direitos do homem enquanto cidadão do

⁴ A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, aprovada pela Assembléia Nacional da França em agosto de 1789 e publicada em outubro de 1789, influenciou consideravelmente a atual política de Direitos Humanos.

⁵ SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 2ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 40.

⁶ Para Norberto Bobbio, "o reconhecimento e a proteção dos direitos do homem estão na base das Constituições democráticas modernas". In: **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 21.

⁷ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e a jurisdição constitucional internacional**. Direito Constitucional em evolução: perspectivas, 2005. Disponível em <[www. books.google.com](http://www.books.google.com)>. Acesso em 12.nov.2009, p. 200.

mundo e não apenas cidadão deste ou daquele Estado, é que se alcançaria um ideal de justiça universal.

Cumpra esclarecer que a internacionalização dos direitos humanos constitui um movimento extremamente recente na história, surgindo a partir do pós-guerra, como resposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante o nazismo.⁸ Nesse momento de horror da história da humanidade, marcada pela destruição e descaso da vida humana, constatou-se a necessidade da reconstrução dos direitos humanos, com o intuito de restabelecer a ordem internacional contemporânea.

A defesa dos direitos humanos não pode se reduzir ao âmbito interno dos Estados, devendo abarcar toda a comunidade internacional, para que “monstruosas violações de direitos humanos da era Hitler”⁹ não voltem a acontecer.

Portanto, a grande preocupação do mundo pós-guerra foi a de estabelecer um sistema normativo de proteção aos direitos humanos em toda comunidade supranacional.

Alexandre Coutinho Pagliarini¹⁰ esclarece que, “a efetiva proteção aos Direitos Humanos só teve início depois das barbáries cometidas durante as duas grandes guerras. Sobretudo após o momento de criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945”.

De fato, é com a criação da ONU que surge uma nova ordem internacional, conforme alude Flávia Piovesan¹¹, ao afirmar que

com preocupações que incluem a manutenção da paz e segurança internacional, o desenvolvimento de relações amistosas entre Estados, a adoção da cooperação internacional no plano econômico, social e cultural, a adoção de um padrão internacional de saúde, a proteção ao meio ambiente, a criação de uma nova ordem econômica internacional e a proteção internacional dos direitos humanos.

⁸ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 120.

⁹ Para Thomas Buergenthal, “o moderno Direito Internacional dos Direitos Humanos é um fenômeno do pós-guerra. Seu desenvolvimento pode ser atribuído às monstruosas violações de direitos humanos da era Hitler e à crença de que parte destas violações poderiam ser prevenidas se um efetivo sistema de proteção internacional de direitos humanos existisse”. *apud* PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 119.

¹⁰ PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. **O puzzle europeu de Direitos Humanos**. Anima: Revista Eletrônica do curso de Direito OPET, Ano I – Nº 1, Curitiba, 2009. Disponível em <www.opet.com.br>. Acesso em 29.out.2009, pp. 9-10.

¹¹ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 128.

A Carta das Nações Unidas de 1945 consolida, assim, o movimento de internacionalização dos direitos humanos, a partir do consenso dos Estados que elevam a promoção desses direitos a propósito e finalidade das Nações Unidas. Neste sentido, a relação de um Estado com seus nacionais passa a ser uma preocupação internacional, objeto de instituições internacionais e do Direito Internacional.¹²

3 UMA NECESSÁRIA REVISÃO SOBRE O CONCEITO DE SOBERANIA ABSOLUTO DOS ESTADOS E AS NORMAS COGENTES DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

3.1 A RELATIVIZAÇÃO DA SOBERANIA DOS ESTADOS EM PROL DA PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Linhas acima mencionou-se que somente a partir da consciência de que não existem fronteiras na luta pelos direitos humanos, é que se obtêm a proteção universal e eficaz desses direitos, até mesmo contra o próprio Estado que os tenha violado.

Neste contexto, tornou-se imperiosa a revisão da tradicional noção de soberania absoluta dos Estados, a qual, indubitavelmente, deve sofrer um processo de relativização, em prol da proteção aos direitos humanos. O poder absoluto e incontestável do Estado, o qual não reconhece, acima de si, qualquer outro poder, não se justifica mais, frente à nova realidade mundial.¹³ Em decorrência, nenhum Estado, ao violar a obrigação de proteção desses direitos pode se eximir de sua responsabilidade, alegando domínio de sua competência nacional.¹⁴

¹² PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 133.

¹³ Para Flávia Piovesan, “o reconhecimento de que os seres humanos têm direitos sob o plano internacional implica a noção de que a negação desses mesmos direitos impõe, como resposta, a responsabilização do Estado violador. Isto é, emerge a necessidade de delinear limites à noção tradicional de soberania estatal, introduzindo formas de responsabilização do Estado na arena internacional, quando as instituições nacionais se mostram omissas ou falhas na tarefa de proteger os direitos humanos internacionalmente assegurados”. *In: Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 8.

¹⁴ Para Hildebrando Accioly, no entendimento do *Instituto de Direito Internacional* (Santiago de Compostela, 1989), “nenhum estado, ao violar essa obrigação internacional de proteção pode se eximir de sua responsabilidade internacional, sob alegação de que tal domínio constituía, essencialmente, matéria de sua competência nacional, ou de sua reserva do domínio”. *In: Manual de Direito Internacional Público*. 17ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 43.

No mundo pós-guerra, mundo da globalização, há que se falar em responsabilidades compartilhadas com o fim precípua de garantir a paz e a segurança universal. Neste desiderato o Direito Internacional Público (DIP) surgiu para regular as relações entre os Estados independentes. Ademais, as regras de DIP emergem da vontade dos próprios Estados-membros visando à cooperação pacífica entre as nações.

Conquanto, nos ensinamentos de Francisco Rezek¹⁵,

No estágio presente das relações internacionais, é inconcebível que uma norma jurídica se imponha ao estado soberano e à sua revelia, Para todo estado, o direito das gentes é o acervo normativo que, no plano internacional, tenha feito objeto de seu consentimento, sob qualquer forma.

Ora, não se pode olvidar que na era pós-guerra constatou-se a necessidade de uma defesa internacional dos direitos humanos, uma vez que apenas a proteção interna dos Estados não foi suficiente para deter os terríveis crimes cometidos contra a humanidade.

Conforme Flávia Piovesan¹⁶, “a universalização dos direitos humanos fez com que os Estados consentissem em submeter ao controle da comunidade internacional o que até então era de seu domínio reservado”.

Destarte, na busca internacional de defesa aos direitos humanos, cada Estado soberano deve dar seu consentimento para que as regras de Direito Internacional produzam sua eficácia.

Alexandre Coutinho Pagliarini¹⁷ ensina que “não há como isolar um Estado soberano da convivência com outros e com os organismos internacionais, devendo-se promover, nos ordenamentos internos, uma cedência que permita à norma internacional o seu acolhimento”. Significa dizer que os Estados devem concordar em “ceder espaço à norma internacional”¹⁸ no que tange à proteção aos direitos humanos.

¹⁵ *apud* PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. **Constituição e Direito Internacional: cedências possíveis no Brasil e no mundo globalizado**. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 31.

¹⁶ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 159.

¹⁷ PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. **Constituição e Direito Internacional: cedências possíveis no Brasil e no mundo globalizado**. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 4.

¹⁸ PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. **Constituição e Direito Internacional: cedências possíveis no Brasil e no mundo globalizado**. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 5.

Somente na união de todos os Estados, em cooperação com o Direito Internacional, que se obterá o efetivo respeito aos direitos humanos, alcançando-se a tão almejada paz mundial.

3.2 AS NORMAS COGENTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Mas, para que o DIP alcance a sua eficácia é mister a existência de normas cogentes, ou seja, que os Estados reconheçam a obrigatoriedade normativa de determinadas regras internacionais.¹⁹ Assim sendo, as normas de Direito Internacional Público só serão válidas se os Estados “cederem”²⁰ o seu consentimento.

Contudo, uma vez que um Estado manifeste a sua vontade em consentir com as regras de Direito Internacional, estas devem ser cogentes, obrigando o seu cumprimento. Como menciona Norberto Bobbio²¹, “Não há direito sem obrigação; e não há nem direito nem obrigação sem uma norma de conduta”.

Corroborando com este entendimento, foi adotada a *Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados*²², consagrando o princípio do *pacta sunt servanda*²³ em seu artigo 26, o qual prescreve que “todo tratado em vigor obriga as partes e deve ser cumprido por elas de boa-fé”.

Já o artigo 53 da Convenção em comento define *jus cogens* como

¹⁹ Para Flávia Piovesan, “os tratados internacionais, enquanto acordos internacionais juridicamente obrigatórios e vinculantes (*pacta sunt servanda*) constituem hoje a principal fonte de obrigação do Direito Internacional”. In: **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 43.

²⁰ Alexandre Coutinho Pagliarini explica que “se deve promover, na ordem internacional, uma cedência que faça com que os atores do direito das gentes – Estados e organizações internacionais – tenham consciência de que o direito internacional só vale à medida que se verifica o consentimento, característica esta que parte do Estado regrado por uma Lei Maior”. In: **Constituição e Direito Internacional: cedências possíveis no Brasil e no mundo globalizado**. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 5.

²¹ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 28.

²² A *Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados*, assinada em 1969, internacionalmente em vigor desde 27 de janeiro de 1980 representa significativo progresso na história da codificação do direito internacional, tendo como base os princípios do livre consentimento e da boa-fé, além da *pacta sunt servanda*, com o intuito de criar condições necessárias à manutenção da Justiça e do respeito às obrigações decorrentes dos tratados.

²³ Para Hildebrando Accioly, “o princípio segundo o qual os acordos tem de ser cumpridos (*pacta sunt servanda*) é basilar para a ordenação de qualquer sistema de convivência organizada. Tanto mais relevante e necessário em contexto descentralizado, como a sociedade internacional”. In: **Manual de Direito Internacional**. 17ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 112.

norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados no seu conjunto, como uma norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por uma norma de Direito Internacional geral da mesma natureza.

Marco fundamental na codificação do DIP, a *Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados* exclui a possibilidade de qualquer Estado se eximir de cumprir obrigação internacional, alegando disposição de seu direito interno. Para Francisco Rezek²⁴ os dispositivos que tratam do *jus cogens* (art. 53 e 64),

contribuíram para que diversos países – entre eles o Brasil e a França – tenham de início evitado ratificar a Convenção de Viena, embora subordinados à maior parte de quando nela se estampa, a título costumeiro.

Deve-se enfatizar que, até há pouco tempo atrás, o DIP foi, essencialmente, um direito costumeiro.²⁵ Ora, não se pode olvidar que “os grandes textos multilaterais, do gênero ‘normativo’, dificilmente fazem nascer regras escritas a partir do nada: é comum que *declarem* normas costumeiras preexistentes (...)”.²⁶ A própria *Convenção de Viena* estabelece, no último parágrafo de seu preâmbulo, “que as regras do Direito Internacional consuetudinário continuarão a reger as questões não reguladas pelas disposições da presente Convenção”.

De nada adianta existir um DIP se suas normas não vincularem os Estados, sobretudo quando se trata de proteger os direitos humanos. De que adianta à comunidade internacional celebrar inúmeros tratados²⁷, se estes não forem cumpridos dentro dos Estados signatários. Desta forma, as normas cogentes de DIP não devem se sujeitar à discricionariedade dos Estados em aceitá-las ou não, pois estas têm como escopo garantir e preservar direitos fundamentais, visando à pacificação internacional.

²⁴ REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 11ª ed., São Paulo: Saraiva, 2008, p. 116.

²⁵ Para Francisco Rezek, “a norma jurídica costumeira, nos termos do Estatuto da Corte, resulta de ‘uma prática geral aceita como sendo o direito’. In: **Direito Internacional Público: curso elementar**. 11ª ed., São Paulo: Saraiva, 2008, p. 118.

²⁶ REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 11ª ed., São Paulo: Saraiva, 2008, p. 119.

²⁷ Neste artigo utilizou-se a palavra “tratado”, com o intuito de expressar “todo acordo formal concluído entre pessoas jurídicas de DIP, e destinado a produzir efeitos jurídicos”. In: REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 11ª ed., São Paulo: Saraiva, 2008, p. 14. Contudo, existem inúmeros termos utilizados como acordo, ajuste, compromisso, convênio, etc.

Nesta premissa, Celso Albuquerque Mello²⁸ aduz que “todo ordenamento jurídico necessita de um mínimo de normas que não esteja sujeito ao arbítrio dos particulares. É a denominada ordem pública que visa realizar o interesse comum”. Nesta premissa pode-se estabelecer uma co-relação com o DIP, que também exige um mínimo de normas cogentes que não se submetam à discricionariedade dos Estados.

Ademais, é de bom alvitre lembrar que existem direitos essenciais do homem, os quais não derivam do fato de ser ele nacional de um determinado Estado, mas que têm como fundamento os atributos da pessoa humana. Direitos estes que justificam uma proteção universal contra todos aqueles que os tenham violado.

Cumprе esclarecer que universalidade não equivale à uniformidade, uma vez que cabe ao DIP respeitar o momento histórico de cada Estado, de cada sistema regional, bem como seu próprio ritmo e a realidade de seu continente. Significa dizer que as normas de DIP devem ser universais respeitando as diversidades dos Estados.

Mas como garantir que os estados-membros respeitem as normas de direito internacional? Como os cidadãos podem exigir a proteção e defesa dos direitos humanos a nível internacional?

4 O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL COMO MEIO JURÍDICO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS A NÍVEL SUPRANACIONAL

Existem diversos meios de solução de controvérsias internacionais, sejam de caráter amistoso ou não. Contudo, este artigo pretende abordar os meios jurídicos de solução de controvérsias sobre direitos humanos, especificamente o Tribunal Penal Internacional. Isto se justifica devido ao fato desta Corte representar um grande marco na história do DIP.

De acordo com Flávia Piovesan²⁹, “até o advento do Estatuto do Tribunal Penal Internacional, em 1998, não era previsto um órgão jurisdicional com

²⁸ MELLO, Celso D. Albuquerque. **A norma jurídica no direito internacional público**. In: FERRAZ, Sérgio. A norma jurídica. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1980, p. 262.

²⁹ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 363.

competência para julgar casos de violação de direitos internacionalmente assegurados”.

Acerca da questão Hildebrando Accioly³⁰ pondera que

a construção do direito internacional penal representa outro caso de avanço no sentido do direito material, como dos mecanismos institucionais, no contexto pós-moderno. Este conjunto normativo e institucional é também relevante por consolidar a condição do ser humano, como sujeito de direito internacional.

Não se pode olvidar que se tornou imprescindível a criação de um órgão global de proteção aos direitos humanos, com o objetivo de processar e julgar os acusados por crimes desumanos e cruéis contra a humanidade.

Diante dessa realidade, em 17 de julho de 1998, na Conferência de Roma, foi instituído o Tribunal Penal Internacional (TPI), com sede na cidade da Haia, nos Países Baixos, representando um avanço relevante para a defesa aos direitos humanos.

Conforme ensina Francisco Rezek³¹, o TPI

é uma instituição judiciária permanente, criada, como uma organização internacional, pela vontade dos Estados fundadores, e dotada, fato raro, de personalidade jurídica própria (o usual é que as cortes sejam órgãos, permanentes ou temporários, de organizações internacionais).

O Tribunal Penal Internacional é criado com o intuito de garantir a proteção aos direitos humanos a nível internacional. Até a aprovação do Estatuto de Roma, o sistema global de proteção só compreendia as atividades de promoção³² e controle³³ dos direitos humanos.

No que tange à atividade de garantia, conforme ensina Norberto Bobbio³⁴, “a atividade de garantia só será criada quando uma jurisdição internacional se impuser

³⁰ ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional**. 17ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 783.

³¹ REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 11ª ed., São Paulo: Saraiva, 2008, p. 156.

³² As atividades de promoção correspondem ao conjunto de ações destinadas ao fomento e ao aperfeiçoamento do regime de direitos humanos pelos Estados. *In*: PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 224.

³³ As atividades de controle envolvem as que cobram dos estados a observância das obrigações por ele contraídas internacionalmente. *In*: PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 224.

³⁴ *apud* PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 224.

concretamente sobre as jurisdições nacionais, deixando de operar dentro dos estados, mas contra os Estados e em defesa dos cidadãos”.

Surge, assim, o Tribunal Penal Internacional como órgão complementar aos Estados, com o objetivo de assegurar o fim da impunidade para os mais graves crimes e violações atrozes aos direitos humanos.

Nas palavras de Fausto Fauzi Choukr³⁵,

O Tribunal Penal Internacional é concebido para julgar e punir indivíduos, não Estados”. “Crimes contra o direito internacional são cometidos por homens, não por entidades abstratas, e apenas punindo os indivíduos que cometeram tais crimes poderão as leis internacionais serem respeitadas”, escreveu-se no Tribunal de Nuremberg em 1946.

Representa assim, uma quebra de paradigmas na história do Direito Internacional, ao admitir que o homem seja considerado sujeito passivo na comunidade internacional.

Marco na história dos direitos humanos, ao garantir o combate à impunidade dos graves crimes cometidos contra a humanidade, “permitindo que a força do direito possa prevalecer em detrimento do direito da força”.³⁶

4.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTATUTO DE ROMA

O Estatuto de Roma³⁷ prevê a competência do TPI para os crimes mais graves que afetam a comunidade internacional no seu conjunto, dentre eles: o crime de genocídio, os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e os crimes de agressão (artigo 5º).

No que tange às penas, o Estatuto de Roma estabelece pena de prisão até o limite máximo de 30 anos, embora, excepcionalmente, dependendo da gravidade do crime e pelas circunstâncias pessoais do condenado, poderá ocorrer pena de prisão perpétua (artigo 77). Além das sanções penais, poderão ocorrer sanções de multa e

³⁵ Choukr, Fauzi Hassan. **Tribunal Penal Internacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 163.

³⁶ PIOVESAN, Flavia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 229.

³⁷ O Brasil assinou o Estatuto de Roma que cria o Tribunal Penal Internacional, sendo aprovado pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 112, de 6 de junho de 2002 e passando a vigorar em 1º de setembro de 2002. Contudo, com exceção do crime de genocídio, os tipos penais previstos no Estatuto de Roma ainda necessitam de regulamentação legal interna.

perda de bens, objetivando a reparação das vítimas (artigo 75) ou o confisco dos bens, se adquiridos ilicitamente.

O Estatuto de Roma será aplicado igualmente a todas as pessoas, sem distinção alguma (artigo 27). Desta forma, nenhuma pessoa, seja Chefe de Estado, Chefe de Governo, Ministro de Estado ou membro do Congresso Nacional, poderá alegar imunidade devido a sua qualidade oficial para eximir-se de sua responsabilidade penal. A competência *ratione personae* do TPI inclui o julgamento dos chefes militares, bem como de outros superiores hierárquicos, por crimes cometidos por forças sob o seu comando ou sob sua autoridade (artigo 28).

Retomando a questão da soberania dos Estados frente ao TPI, cumpre salientar que o Estatuto de Roma, no seu artigo 1º, preceitua expressamente o princípio da complementaridade. Significa dizer que cabe aos Estados a responsabilidade primária de garantir à defesa dos direitos humanos, tendo o DIP à responsabilidade complementar das jurisdições penais nacionais.

Nesta linha Flávia Piovesan³⁸ afirma que,

a jurisdição do Tribunal Penal Internacional é adicional e complementar à do estado, ficando, pois, condicionada à incapacidade ou à omissão do sistema judicial interno. O Estado tem, assim, o dever de exercer sua jurisdição penal contra os responsáveis por crimes internacionais, tendo à comunidade internacional a responsabilidade subsidiária.

Considerando que o Tribunal Penal Internacional é complementar à jurisdição penal nacional, o art. 17 do estatuto prevê os requisitos de admissibilidade para o exercício da jurisdição internacional. Dentre tais requisitos, destacam-se a indisposição do Estado-parte (quando, por exemplo, houver demora injustificada ou faltar independência ou imparcialidade no julgamento) ou sua incapacidade em proceder à investigação e ao julgamento do crime.³⁹

O exercício da jurisdição internacional pode ser acionado mediante denúncia de um Estado-parte ou do Conselho de Segurança à Promotoria, a fim de que esta investigue o crime, propondo a ação penal cabível, com fulcro nos arts. 13 e 14 do

³⁸ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 226.

³⁹ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 227.

Estatuto. Pode ainda a própria Promotoria agir de ofício, nos termos dos arts. 13 e 15.⁴⁰

Conforme Flávia Piovesan⁴¹, “em todas as hipóteses, o exercício da jurisdição é condicionado à adesão do Estado ao tratado, ou seja, é necessário que o Estado reconheça expressamente a jurisdição internacional”.

Até 21 de julho de 2009, 110 Estados fazem parte do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Dentre eles, 30 são Estados africanos, 17 são do Leste da Europa, 24 pertencem à América Latina e Caribe e 25 são do Oeste Europeu e outros Estados.⁴²

5 CONCLUSÃO

Não se pode olvidar que a criação do Tribunal Penal Internacional constitui um marco para a defesa dos direitos humanos uma vez que, com a cooperação dos Estados, busca a prevenção e a repressão de crimes desumanos e cruéis que afligem toda a humanidade.

Na era pós-moderna, a dignidade humana deve impor-se como núcleo básico e informador de um ordenamento jurídico internacional. Neste objetivo, os Estados devem se unir em busca da paz mundial.

Globalização significa interligação do mundo. Para que esta conexão universal ocorra, torna-se precípuo a construção de uma sociedade supranacional, a qual somente se formará com a cooperação dos Estados. Neste sentido a soberania de um Estado não pode ser óbice para a construção de uma comunidade internacional. A nação é tanto mais soberana quanto mais respeita a soberania da humanidade.

Desta forma, os instrumentos de proteção aos direitos humanos que operam nos planos globais e regionais, ao se complementarem, dão ênfase à garantia de uma proteção cada vez mais eficaz aos direitos do homem.

⁴⁰ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 226.

⁴¹ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 227.

⁴² Disponível em <www.icc-cpi.int/Menus/ICC/about+the+Court/>. Acesso em 01.dez.2009.

Para que este tão desejado universalismo ocorra faz-se necessário que exista um ideal de justiça internacional e sem fronteiras na luta pela proteção dos cidadãos do mundo. E esta é uma importante missão do Tribunal Penal Internacional.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. 17ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHOUKR, Fauzi Hassan. **Tribunal Penal Internacional**. Editora Revista dos Tribunais, 2000.

_____. **Constituição e Direito Internacional: cedências possíveis no Brasil e no mundo globalizado**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

_____. **Direitos humanos e a jurisdição constitucional internacional**. *In*: Direito Constitucional em evolução: perspectivas, 2005 – Disponível em <books.google.com>. Acesso em 12.nov.2009.

MELLO, Celso D. Albuquerque. **A norma jurídica no direito internacional público**. *In*: FERRAZ, Sérgio. A norma jurídica. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1980.

PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. **O Puzzle Europeu de Direitos Humanos**. Anima: Revista eletrônica do curso de Direito OPET. Ano I – Nº 1 – Curitiba, 2009. Disponível em <www.opet.com.br>. Acesso em 29.out.2009.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 11ª ed., São Paulo: Saraiva, 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 2ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32ª ed., São Paulo: Malheiros, 2009.